



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

3

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2021



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

3

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ivanete dos Santos de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Ivanete dos Santos de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-165-4
DOI 10.22533/at.ed.654211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Ivanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título. CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

Ilvanete dos Santos de Souza

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

É SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDO NO BRASIL: O ESTADO DA ARTE ACERCA DA ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS

Antonia Luzivan Moreira Policarpo

Cinara Franco Rechico Barberena

DOI 10.22533/at.ed.6542111061

CAPÍTULO 2..... 14

TECNOLOGIA E DEFICIÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Flavia Varriol de Freitas

Edicléa Mascarenhas Fernandes

Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira

DOI 10.22533/at.ed.6542111062

CAPÍTULO 3..... 26

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS/ES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO: TEORIA E PRÁTICA INCLUSIVA

Sandra Garcia Neves

Andrea Geraldi Sasso

DOI 10.22533/at.ed.6542111063

CAPÍTULO 4..... 44

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM LETRAMENTO BÍLINGUE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Learice Barreto Alencar

Bruna Soares

DOI 10.22533/at.ed.6542111064

CAPÍTULO 5..... 56

LIBRAS PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA

Laura Paula de Oliveira

Kalmon da Silva Oliveira

Gladys Denise Wielewski

DOI 10.22533/at.ed.6542111065

CAPÍTULO 6..... 68

IDENTIFICAÇÃO DE FUNCIONALIDADES ACADÊMICAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS A PARTIR DOS PROTOCOLOS SIS E CIF

Kezia Graziela de Queiroz

Edicléa Mascarenhas Fernandes

Hélio Orrico

DOI 10.22533/at.ed.6542111066

CAPÍTULO 7	76
PERSPECTIVAS ATUAIS DO PSICÓLOGO ESCOLAR: INTERFACE COM A EDUCAÇÃO	
Bruna Albornoz D'Ávila	
Mariana Prado Sullá	
Pedro Henrique Alves Francisco	
Stefania Neves de Oliveira	
Maria Aurora Dias Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.6542111067	
CAPÍTULO 8	86
OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Janete Terezinha Schmitz	
DOI 10.22533/at.ed.6542111068	
CAPÍTULO 9	96
TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO: NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	
Tatiana Schmitz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6542111069	
CAPÍTULO 10	103
TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM – UMA ABORDAGEM SOBRE A DISLEXIA	
Tatiana Schmitz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65421110610	
CAPÍTULO 11	111
PSICOLOGIA EDUCACIONAL E ARTE-EDUCAÇÃO: A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	
Michela Ruta	
Aluma dos Santos Alves	
Patrícia Santos	
Grasiele Mônica Mendonça	
Thauany Cristina de Moraes	
Maria Aurora Dias Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.65421110611	
CAPÍTULO 12	121
IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Janete Terezinha Schmitz	
DOI 10.22533/at.ed.65421110612	
CAPÍTULO 13	127
AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM PROL DA EDUCAÇÃO SURDA: ANÁLISE DO APLICATIVO VLIBRAS	
Wagner dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65421110613	

CAPÍTULO 14.....	138
ANÁLISE ESTRUTURADA DOS CASOS DE DISLEXIA NO IFMT <i>CAMPUS</i> DIAMANTINO	
Adalgiza Ignácio	
Ronny Diogenes	
DOI 10.22533/at.ed.65421110614	
CAPÍTULO 15.....	151
CONSTRUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS PARA ALUNOS COM SURDEZ ELABORADOS POR LICENCIANDOS EM MATEMÁTICA: UMA EXPERIÊNCIA NO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (PA)	
Isabel Lopes Valente	
Ana Mara Coelho da Silva	
Marcelo Marques de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.65421110615	
CAPÍTULO 16.....	161
DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO PRECOCE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	
Thiffanne Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65421110616	
CAPÍTULO 17.....	170
INCLUSÃO: CONCEITOS-FERRAMENTA QUE TENSIONAM O DEBATE CONTEMPORÂNEO	
Gilmar Vieira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.65421110617	
CAPÍTULO 18.....	175
FORMAÇÃO DOCENTE: INOVAR É PRECISO	
Roseli Terra Oliveira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.65421110618	
CAPÍTULO 19.....	186
O TRABALHO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PRINCIPAIS DESAFIOS E SUAS INTERFACES COM A FORMAÇÃO INICIAL	
Walas Leonardo de Oliveira	
Thalita Cavassana Dias da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.65421110619	
CAPÍTULO 20.....	202
UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE A PARTIR DAS VIVÊNCIAS NO COTIDIANO DA SALA DE AULA ATRAVÉS DO PIBID	
Janiele Nascimento da Silva	
Luane de Holanda Silveira	
Heloysa Helen dos Santos Colares	
DOI 10.22533/at.ed.65421110620	

CAPÍTULO 21	206
ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: QUESTÕES PARA A PROFISSIONALIDADE DOCENTE	
Bianca Reis da Silva	
Shirleide Pereira da Silva Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.65421110621	
CAPÍTULO 22	218
IDENTIDADE DO PEDAGOGO: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ: ENTRE A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DA PSICOLOGIA SOCIAL	
Dirno Vilanova da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.65421110622	
CAPÍTULO 23	230
PERCEPÇÕES DOCENTE SOBRE O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CIDADE DE SANTO ANDRÉ -SP	
Sonia Maria Pereira Oliveira	
Jorge Luís Barcellos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65421110623	
CAPÍTULO 24	242
PENSAR A PROFISSÃO, ENSINO E PRÁTICA DE PESQUISA CIENTÍFICA NO CAMPO DO DIREITO	
Nayala Nunes Duailibe	
Guilherme Soares Vieira	
Ana Paula Veloso de Assis Sousa	
Cristiano Chuquia dos Santos Orrico	
Glayzer Antônio Gomes da Silva	
Laurentino Xavier da Silva	
Carlos Alberto da Costa	
Mauro Lúcio Moreira de Oliveira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.65421110624	
CAPÍTULO 25	251
O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS À EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elana dos Santos Marques	
Valícia Ferreira Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.65421110625	
SOBRE OS ORGANIZADORES	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

ANÁLISE ESTRUTURADA DOS CASOS DE DISLEXIA NO IFMT *CAMPUS* DIAMANTINO

Data de aceite: 01/06/2021

Adalgiza Ignácio

Discente do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

Ronny Diogenes

Professor orientador do Trabalho de Conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

RESUMO: Neste trabalho, foram apresentadas três abordagens cujas contribuições atribuem as características presentes ou a ausência delas à pessoa do estudante, sendo determinante para seu diagnóstico e condição desviante de um conceito também controverso de “normalidade”, haja vista os parâmetros adotados para tal classificação estarem, por vezes, desvinculados da condição social e cultural do avaliado. Durante a matrícula dos discentes, são requeridos pelo setor de Registro Escolar os laudos de transtornos psicológicos e psiquiátricos, bem como das outras especificidades médicas que os acometem. Em posse desses documentos, é feita uma lista de patologias e especificidades apresentadas por eles. A ação dos profissionais

envolvidos no atendimento das necessidades específicas desses alunos é realizada por equipe multiprofissional, dando maior relevância ao estudante, à conscientização de suas habilidades e à aplicação destas na conquista dos seus objetivos, estabelecendo uma relação harmoniosa e sinérgica entre o aluno, a família e a comunidade escolar como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Dislexia, Inclusão Escolar, Necessidades Específicas.

ABSTRACT: In this work, three approaches were presented whose contributions attribute the present characteristics or the absence of them to the student's person, being determinant for their diagnosis and deviating condition from a also controversial concept of “normality”, considering the parameters adopted for such classification are, sometimes disconnected from the social and cultural condition of the appraised. During the enrollment of students, reports from psychological and psychiatric disorders, as well as other medical specificities that affect them, are required by the School Registry sector. In possession of these documents, a list of pathologies and specificities presented by them is made. The action of the professionals involved in meeting the specific needs of these students is carried out by a multiprofessional team, giving greater relevance to the student, raising awareness of his abilities and applying them in the achievement of his goals, establishing a harmonious and synergistic relationship between the student, the family and the school community as a whole.

KEYWORDS: Dyslexia, School inclusion, Specific needs.

1 | INTRODUÇÃO

A estrutura secular estabelecida nas escolas necessita de mudanças bastante significativas para que os alunos possam ter suas especificidades atingidas e, conseqüentemente, conquistem aprendizagens significativas.

Considerando as ações como um processo em que as práticas devem ser orientadas pela igualdade e diferença como valores indissociáveis capazes de promover a superação da lógica da exclusão e confrontar as práticas discriminatórias, tendo a aprendizagem como centro é preciso ter atenção e cuidado para estabelecer espaços de crescimento adequado, criando alternativas para superar as peculiaridades encontradas e proporcionar a atenção às necessidades específicas de todos os estudantes. Assim, busca-se a eliminação da lógica da exclusão, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos num espaço comum e diverso (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

O fenômeno das dificuldades de aprendizagem não se refere a um único distúrbio, mas sim a uma gama de questões e problemas que podem afetar de maneira direta o desempenho acadêmico (SMITH; STRICK, 2012). Esses fatores que interferem no desempenho acadêmico dos alunos podem ser de natureza interna ou externa, mas na maioria das vezes a tríade família, escola e sociedade está envolvida de forma determinante.

Ressalta-se que os sujeitos que apresentam dificuldade na aprendizagem estão mais propensos a deixar os estudos, e também apresentam um risco maior para abuso de substâncias, atividades ilícitas ou até mesmo o suicídio. Entretanto, se não houver os cuidados necessários ao adotar a metodologia de ensino estes alunos com dificuldades serão adultos frustrados com possibilidades de abandono dos estudos e propensos a não acreditarem no próprio potencial fundamentam os autores. (DELL'AGLI, 2010 apud ALMEIDA *et al.*, 2019, acesso digital).

Diante do desafio de uma atitude inclusiva e de um referencial para agir com equidade, foram feitas buscas nos arquivos do registro escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) *Campus* Avançado Diamantino, para verificar a incidência de alunos matriculados com dislexia na instituição e acompanhar o desenvolvimento destes individualmente, como preconiza a legislação e o Atendimento Escolar Especializado (AEE), com a construção de estratégias diferenciadas para as aprendizagens necessárias e de condições consideradas exitosas para as metas da instituição.

Assim, deve ser garantido que essas pessoas não sejam excluídas do sistema educacional sob alegação de deficiência, em todas as suas etapas de vida. O acesso ao ensino básico inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem, o acesso às adaptações pertinentes às necessidades individuais, bem como o apoio necessário no âmbito do sistema educacional, podem maximizar o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (MEC, 2014).

O presente trabalho apresenta uma proposta de atuação entre escola, professores, família, os atores deste processo amplo e envolvente, que compromete e requer uma interação entre várias áreas do aparato neuropsíquico do indivíduo e dos profissionais e familiares envolvidos. Desse modo, seu objetivo foi possibilitar a sistematização de ações educacionais planejadas e que ofereçam respostas adequadas à diversidade dos alunos, de acordo com suas características e necessidades educacionais específicas.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A dislexia apresenta uma incidência de 3 a 10% nos estudantes e seu conceito é relacionado a transtornos do neurodesenvolvimento, com indicativo de componentes genéticos, que alteram a leitura e a escrita em indivíduos de capacidade intelectual preservada e que também podem ser acometidos de comorbidades (RODRIGUES; CIASCA).

O conceito de dislexia vem sendo elaborado desde 1896, com Pringle Morgan e a descrição do caso de “cegueira verbal”, e em 1968, a Federação Mundial de Neurologia adotou o termo (TELES, 2004). Em 1994, o Manual Diagnóstico e Estatísticas de Doenças Mentais, DSM IV (acesso digital) incluiu a dislexia nas perturbações de aprendizagem, estabelecendo os critérios para o diagnóstico, e em 2002, a Associação Internacional de Dislexia compôs a seguinte definição:

Dislexia é uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurobiológica. É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam de um déficit fonológico, inesperado, em relação às outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura reduzida que pode impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais (TELES, 2020. Acesso digital).

Os sintomas disléxicos apresentados segundo Ianhez e Nico (2002) e Santos (1987) apud Massi (2007) foram:

- Desempenho inconstante com relação à aprendizagem da leitura e da escrita;
- Dificuldade com os sons das palavras e, conseqüentemente, com Escrita incorreta, com trocas, omissões, junções e aglutinações de fonemas;
- a soletração;
- Relutância para escrever;
- Confusão entre as letras de formas vizinhas, como “moite” por “noite”;
- Confusão entre letras foneticamente semelhantes, como “tinda” por “tinta”;
- Omissão de letras e/ou sílabas, como “BNDT” por “Benedito”;

- Adição de letras e/ou símbolos, como “muimto” por “muito”;
- União de uma ou mais palavras e/ou divisão inadequada de vocábulos, como “a mi versário” por “aniversário”;
- Leitura e escrita em espelho.

A maior precocidade possível da identificação e do diagnóstico é um fator muito relevante para o prognóstico e progresso do estudante, porém a qualificação dos profissionais para atuação neste contexto tem uma amplitude muito discrepante. Isso porque a maioria dos profissionais não demonstra possuir claros parâmetros conceituais para as intervenções adequadas e de maneira individualizada para suprir a necessidade dos estudantes assim identificados.

É comum que os estudantes que apresentam esse diagnóstico contem com a “ajuda” dos profissionais para o progresso nas séries escolares, sendo a solução mais utilizada o rebaixamento dos critérios para compensar as dificuldades apresentadas.

É fundamental, desse modo, que os profissionais envolvidos dominem os conceitos relacionados a esses transtornos de aprendizagem. Eles estão definidos nos documentos internacionalmente aceitos de classificação de doenças, como o Código Internacional de Doenças- CID-10 e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5, dentro de uma categoria ampla citada como “transtornos do neurodesenvolvimento”. Sobre isso, a Associação Americana de Psiquiatria explicou que se trata de:

[...] um grupo de condições com início no período do desenvolvimento. Os transtornos tipicamente se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2015, p. 31).

As dificuldades de aprendizagem podem ser maximizadas dentro de uma escala graduada de desempenho acadêmico, a depender de diferentes fatores orgânicos e ambientais, endógenos e exógenos ao aluno, que agem de forma interativa.

Assim sendo, o termo “dificuldades de aprendizagem” passa a ter um sentido mais amplo quando comparado ao usualmente utilizado no enfoque organicista e em algumas vertentes do enfoque psicossocial.

O enfoque organicista, refere-se ao desempenho acadêmico do aluno abaixo do esperado para sua idade cronológica e série escolar, considerando a execução de tarefas acadêmicas que exigem habilidades de leitura, escrita, fala e raciocínio matemático, tendo como possíveis fatores determinantes as disfunções orgânicas como a deficiência física, sensorial ou mental e as disfunções neurológicas.

[...] as dificuldades de aprendizagem se caracterizam por um funcionamento substancialmente abaixo do esperado, considerando a idade cronológica do sujeito e seu quociente intelectual, além de interferirem significativamente no rendimento acadêmico ou na vida cotidiana, exigindo um diagnóstico alternativo nos casos de déficits sensoriais. Assumem-se, portanto, um critério de discrepância entre aptidão e o rendimento e um critério de exclusão, além do baixo rendimento e da interferência na vida cotidiana (SÁNCHEZ, 2004, p. 15-16).

A abordagem organicista, na tentativa de estabelecer critérios diagnósticos e etiológicos para os fenômenos apresentados por esta condição, segundo Orton (1925 apud MASSI, 2007), atribuía um defeito no reconhecimento da orientação das letras e de suas sequenciais palavras, ressaltando que, apesar de apresentarem problemas na escrita, a percepção visual e a orientação espacial dos sujeitos examinados mostravam-se intactas.

Em 1959, Smith e Carrigam (apud MASSI, 2007) propuseram a influência da química cerebral ligada à acetilcolina-colinesterase, explicada por desnutrição e enfermidades metabólicas, entre outras, enquanto Pamplona-Moraes (1997 apud MASSI, 2007) contestou a hereditariedade, introduzindo como determinante o ambiente social e considerando o que antes era genético como aprendido socialmente. Além disso, Hout (2001 apud MASSI, 2007) relacionou ao movimento ocular anormal das crianças o aparecimento da escrita desviante.

Esses teóricos considerados organicistas relacionaram as questões da aprendizagem escolar a manifestações orgânicas e fisiológicas, relacionando o fazer dos estudantes esperado para a idade ao progresso escolar.

Essa concepção da apropriação da linguagem escrita e da leitura não relaciona as desigualdades sociais e as diferenças individuais presentes nos estudantes como interferências no cotidiano escolar, “patologizando” individualmente e reduzindo o sujeito a sua deficiência ou inabilidade no período avaliado.

Outra abordagem conceitual apresentada, a cognitivista, representada por Condeman e Blomquist (1986 apud MASSI, 2007), utiliza-se mais dos termos “disfunção” e “imaturidade” do que “lesão” e “malformação”, apresentando a dislexia como uma dificuldade instrumental, mas ainda vê a função cerebral determinando a condição anômala da aquisição da leitura e da escrita pela interferência que possui na percepção visual e auditiva, na memória, na lateralidade e na estruturação do espaço-temporal.

Em 1995, Fonseca (apud MASSI, 2007) propôs que o desenvolvimento psicomotor da criança alteraria a práxis e, nesta interação dos sistemas cerebrais, as dificuldades para aquisição da leitura e escrita seriam prejudicadas.

Vallentino (1982) e Garcia (1998) apud Massi (2007) foram contrários a essa abordagem, mas permaneceram com a base teórica ancorada na função anormal do cérebro. Selikowitz (2001) apud Massi (2007) relacionou a anormalidade de neurotransmissores como determinante dos distúrbios de comportamento infantil, ocasionando as dificuldades

de aprendizagem, abrindo assim a possibilidade de tratamento medicamentoso para essas alterações, fato esse gerador de muitas discussões e estudos para as contradições apresentadas.

A abordagem psicoafetiva baseia-se nas perturbações afetivas do aprendiz interferindo no processo e Serrano (2001 apud MASSI, 2007) relacionou e sugeriu a interferência das síndromes depressivas, estados ansiosos e transtornos comportamentais na gênese da dislexia.

Essas três abordagens apresentam suas contribuições, atribuindo as características presentes ou a ausência delas à pessoa do estudante como o determinante para o diagnóstico e responsável pela sua condição desviante de um conceito também controverso de “normalidade”, haja vista os parâmetros adotados para tal classificação serem por vezes desvinculados da condição social e cultural do avaliado.

A dificuldade conceitual percebida na identificação para a etiologia do transtorno apresenta uma gama de possibilidades com um ponto comum a todas: o sujeito está no centro. As diferentes abordagens remetem ao indivíduo como o portador da causa e o excluído, por sua condição “anormal”. Mesmo quando são considerados fatores ambientais e externos ao indivíduo, ainda assim ele é responsabilizado pelo seu fracasso pessoal em não atingir a mesma condição da maioria dos seus coetâneos.

O conceito da dislexia permanece com a condição de exclusão e discriminação, não apenas na interação social, mas conceitualmente quando não é encontrada uma condição patológica que justifique sua descrição e que permaneçam “normais” os níveis individuais de inteligência, fazendo com que estes indivíduos com escrita e leitura diferenciadas sejam considerados disléxicos.

Crítérios linguísticos que interferem na apropriação da escrita podem levar ao diagnóstico equivocado, à rotulação e a encaminhamentos que alterem o curso de sua vida, dentro e fora do ambiente escolar, trazendo marcas muito duradouras aos sujeitos nessas condições.

Nas dificuldades encontradas por este sujeito, essa tríade costuma potencializar as falhas pessoais, como a geradora do fracasso na progressão individual, penalizando duplamente o estudante na sua caminhada pela integração e realização social.

O caráter sócio-histórico de apreensão da linguagem e da escrita se faz relevante, pois é na interação e nas relações estabelecidas pelo sujeito que os aprendizes apreendem o conhecimento, bem como nas relações com o mundo exterior que realizam os progressos até a formação das habilidades que irão fazê-los protagonistas de suas histórias.

O desenvolvimento cognitivo da leitura e da escrita, embasado nas teorias de Vygotsky (BESSA, 2008), é transformado na interrelação do social com o intrapessoal, que tem suas aquisições, em primeiro lugar, formadas no social entre as pessoas do seu convívio e depois no pessoal, o intrapsicológico, aplicando-se isso a todas as funções superiores das relações reais entre os indivíduos humanos. Essa linha de pensamento

relaciona a linguagem escrita secundária à oral, o que acontece gradualmente à medida que a criança domina a fala.

É por meio da linguagem oral que a escrita é introjetada e, a partir daí, diferencia-se e se estabelece como linguagem escrita. Sobre isso, Massi afirmou que:

Vale ressaltar que a internalização de um objeto de conhecimento não implica em exercício de cópia desse objeto, mas envolve transformação de fenômenos sociais em fenômenos psicológicos mediante um processo de significação. Dependente de mediação sócio-cultural, a internalização do conhecimento desenvolve-se, fundamentalmente, conforme já anunciado, por meio da linguagem. E a internalização da escrita não escapa desse processo, à medida que a escrita – ela própria um objeto de conhecimento – torna-se autônoma depois de ter servido da linguagem oral para significá-la (MASSI, 2007, p. 71).

Assim sendo, não é possível pensar em um conceito para dislexia somente considerando os recursos individuais e a estrutura neurológica do indivíduo. Devem ser levadas em consideração as transformações dos processos externos em internos e a interdependência dessas atividades inter e intrapessoais.

É preciso considerar que os símbolos e signos da linguagem são interpretados e introjetados pelo indivíduo por meio do seu aparato pessoal, o qual se impõe em todo desenvolvimento cultural do estudante.

Segundo Massi:

É preciso tomar cuidado com essas questões e enfrentar a falta de entendimento que a escola e os profissionais relacionados a ela direta ou indiretamente, têm acerca da natureza da escrita, de suas características de suas funções e principalmente do fato de ser diferente da oralidade (MASSI, 2007, p. 105).

A autora ressalta a importância desse cuidado, pois muitos fatores, como psicológicos, habilidades cognitivas, aspectos emocionais, representacionais e comportamentais, condições contextuais, inadequação pedagógica, pobreza, carência cultural, dificuldades da ensinagem como um todo ou ainda a soma dessas condições, alteram o desenvolvimento da leitura e da escrita.

A legislação brasileira é muito clara quando afirma que a educação é um direito de todos, haja vista estar ancorada no princípio da universalidade. “A fundamentalidade do direito à educação é inerente a seu caráter de elemento essencial ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e à concreção da cidadania”, afirma Garcia (200, p. 111).

Sobre esse ponto, o próprio MEC afirmou que:

Considerar a diversidade que se verifica entre os educandos nas instituições escolares requer medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, às necessidades educacionais especiais dos que apresentam deficiência (s), altas habilidades (superdotação), condutas típicas

de síndromes ou condições outras que venham a diferenciar a demanda de determinados alunos com relação aos demais colegas (MEC, 2003, p. 19).

Essas condições exigem a atenção da comunidade escolar para viabilizar a todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares disponibilizadas ao ambiente educacional, a despeito de necessidades diferenciadas que possam apresentar.

Nesse contexto, algumas garantias legais à educação inclusiva foram designadas pelos legisladores. Entre elas, pode-se citar: Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011 que regulamenta o Atendimento Educacional Especializado, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Decreto nº 5.296/2004 que estabelece regras gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade no ambiente escolar e regulamenta a Lei 10.098/2000 (MEC, 2004); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que preconiza a educação especial como uma ação política, cultural, social e pedagógica (MEC, 2014); as adaptações curriculares (BRASIL, 2001); o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015; a terminalidade específica (prevista na LDB/1996); o profissional de apoio para o estudante portador de necessidades especiais (previsto na LDB/1996, alterada pela Lei nº 8.014/2010); entre outras.

Em acordo com a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala, 1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 definiu:

O termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, 2001, p. [s. p.]).

O princípio para regulação das escolas na perspectiva inclusiva deve ser o de receber todos os estudantes independentemente da sua condição física, intelectual, social, emocional, linguística e outras.

Essas condições devem suscitar discussões na comunidade acadêmica do que significa o termo “necessidades especiais” e procurar adaptar a sistemática do ensino para atendê-las na mediação do conhecimento, na maneira de avaliar o processo, assim como na definição do que é considerado êxito.

A inclusão escolar constitui uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes com superação teórico-ideológica dos obstáculos enfrentados pela imposição das limitações do sistema regular de ensino, direcionando posturas condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos em um ambiente educacional favorável, e aplica-se como uma expectativa a ser analisada e experimentada pelas instituições de educação no país, que comporta uma diversidade reconhecidamente ampla nas comunidades escolares. (MEC, 2014).

Para que seja cumprido esse ideal de um ambiente mais inclusivo dentro do IFMT *Campus* Avançado Diamantino e que se possa oferecer uma educação de qualidade que atinja as necessidades de todo o corpo discente, é necessário adotar medidas que insiram os alunos de modo equânime e sem distinção de condições sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, culturais, sociais e tantas outras que possam distingui-los.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa (SEVERINO, 2007) proposta foi escolhida com o objetivo de refletir sobre os casos de dislexia que são laudados no Campus do IFMT Diamantino, através do estudo de caso por análise dos documentos apresentados no ato da matrícula do ano letivo de 2020 como parte da conclusão do curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva. A partir de dados que foram cedidos pelo setor do Registro Escolar do Campus, colhidos em formulário deste setor pelo coordenador e seus auxiliares no período de 06 a 10 de janeiro 2020. No qual o responsável (pais ou responsável legal), informa a instituição dos dados pessoais, socioeconômicos e de saúde do estudante. Este documento é procedimento adotado pelo Campus e os dados mantidos na instituição.

Os conceitos analisados nas abordagens organicistas, cognitivista, psicoafetiva e dos órgãos oficiais internacionais embasando as reflexões e tendo o estudante como o objeto de estudo entendemos que:

O objeto de estudo das ciências sociais é *sui generis*: possui características específicas, pois é um ser histórico e, por isso, dotado de consciência histórica; sua natureza é basicamente qualitativa, uma vez que a realidade social é complexa, mutável e determinada por múltiplos fatores, como o político, o cultural, o econômico, o religioso, o físico e o biológico; além disso, existe uma identidade natural entre sujeito e objeto, já que ambos são seres da mesma espécie e dessa forma solidários e cúmplices. As ciências sociais são ideológicas, em sua essência, portanto a “visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais estão implicadas em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho”. (MINAYO, 1996, p. 20-21 apud FERREIRA, 2015, pg 114)

Após a coleta desses dados, estruturou-se um roteiro de atuação, que incluiu um plano de desenvolvimento individual do discente, assim como alguns encaminhamentos:

- Propor diferentes formas de apresentar as informações;
- Lembrar que devem ser minimizadas as distrações do aluno em sala de aula;
- Oferecer métodos de estudo e estratégias de aprendizagem;
- Ajudar a planejar rotinas diárias de estudo;
- Propor edital de monitoria pela assistência de alunos;

- Publicizar os horários de atendimentos individuais dos professores;
- Manter contato e relacionamento com a família;
- Ofertar a escuta qualificada para os que se interessarem.

4 | APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O IFMT *Campus* Avançado Diamantino tinha três alunos matriculados com laudo de dislexia, dois deles apresentando comorbidades e todos sendo acompanhados por profissionais nas áreas de dificuldade.

O total de discentes matriculados no ensino médio integrado em 2020 era de 368 alunos, sendo então 0,81% com laudo de dislexia na instituição. Esses alunos apresentavam desenvolvimento adequado para o progresso no curso, com aquisição de conhecimentos significativos e contavam com o apoio e envolvimento da família nas atividades escolares.

Durante as atividades escolares, a cooperação entre os colegas e profissionais era sinérgica para auxiliar nas conquistas pessoais desses estudantes, os quais permaneciam na instituição e com progressos nas áreas de atuação profissional que escolheram.

Na ação de profissionais envolvidos no atendimento das necessidades específicas desses alunos era sempre considerada uma equipe multiprofissional, dando maior relevância ao estudante, à conscientização de suas habilidades e à aplicação destas na conquista dos seus objetivos, estabelecendo uma relação harmoniosa e sinérgica entre o aluno, a família e a comunidade escolar como um todo.

5 | CONCLUSÃO

A escola deveria ser um ambiente de integração e acolhimento, mediador de sucesso e planejamento pessoal. Contudo, muitas vezes acaba por tornar-se outro local onde a exclusão e a discriminação têm percorrido a trajetória do aprendiz. Isso porque, ele, no caminho para um diagnóstico diferencial da sua condição para aprendizagens, é pautado de “culpas” pelas dificuldades que sente para adquirir as habilidades necessárias à conquista dos ganhos esperados pela família, escola e sociedade.

Nesse construir da sua história, o estudante e os outros atores do processo de ensino-aprendizagem precisam rever os conceitos de “erros e imperfeições”, adotados no ambiente escolar. Os adultos devem desvincular os próprios entendimentos das expectativas criadas para os aprendizes, para que os desvios deixem de ser considerados fracassos pessoais do sujeito, evitando rotular e estigmatizar como “incapaz” e portador de transtornos e patologias, rótulos que irão aumentar as possibilidades de abandono e exclusão no ambiente escolar.

Nesse sentido, Bakhtin ressalta que:

O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e desejos apresenta-se como um fenômeno puramente socioideológico. Esta é a razão por que o conteúdo do psiquismo “individual” é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica e inteiramente condicionada por fatores sociológicos (BAKHTIN, 1992 apud MASSI, 2007, p. 58).

A escola é um espaço estratégico, não só na prevenção, mas também na promoção da saúde mental e de educação em saúde, atuando de modo privilegiado na implementação das políticas públicas com os adolescentes e jovens.

É a escola, a partir de sua missão, o espaço ideal para as discussões críticas e transformadoras que possam constituir um ambiente onde se promova não apenas o desenvolvimento do conhecimento, mas o crescimento pessoal, cognitivo, moral e cultural, promovendo realizações e mudanças nas concepções de mundo desses indivíduos.

O maior desafio da inclusão da aprendizagem ao aluno com necessidades específicas na escola é o atendimento especializado, o qual constitui um impasse pela complexidade e variedade de abordagens de ensino.

Para que esses estudantes com essas características individuais possam exercer o direito à educação, garantida em inúmeras leis, é imprescindível que as escolas de ensino regular busquem adaptações, nas mais diversas situações, para suprir as necessidades desses alunos. Desse modo, o esperado é que a pessoa com alguma deficiência busque integrar os diversos ambientes na sua socialização e encontre na escola um lugar capaz de recebê-la, dar condições de permanência e proporcionar o alcance aos seus objetivos pessoais, a partir de aprendizagens significativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm. Acesso em: 05/07/2020.

BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20/12/1996.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 06/07/2020.

BRASIL-2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 06/07/2020.

CAMARA-2010. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8854B0FC89D1E42B073323F06B93B901.proposicoesWebExterno1?codteor=1236844&filename=Avulso+-PL+8014/2010. Acesso 06/07/2020.

BESSA, Valéria da Hora. Teorias da Aprendizagem. Curitiba : IESDE Brasil S.A., 2008, p. 66-72.

BRENELLI; DELL'AGLI, 2010. In ALMEIDA, Bernand Pereira et al. **As principais dificuldades nos processos de aprendizagens** v. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. <https://books.google.com.br/books?id=Fe62DwAAQBAJ&pg=PT94&dq=>

CID-10. <https://pebmed.com.br/cid10/>. Acesso em 06/07/2020.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Pesquisa quantitativa e qualitativa : perspectiva para o campo da educação**. Revista Mosaico, V.8, n.2, jul/dez.2015, pg 114. Acesso digital em 09/08/2020.

GARCIA, E. **O Direito à Educação e suas Perspectivas de Efetividade**. Revista Forense. Rio de Janeiro, vol. 383, p. 83-112, 2006.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf

INSTITUTO ABCD. **O que é dislexia?** [2020?]. Disponível em: <https://www.institutoabcd.org.br/o-que-e-dislexia/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MASSI, Gisele. **A Dislexia em Questão**. São Paulo: Plexus Editora, 2007.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : **DSM-5** / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014 . Acesso em 16/06/2020.

MASSI, Giselle de Athayde. **A dislexia em questão**. São Paulo: Plexus Editora, 2007.

MEC-2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial-MEC; SEESP, 2001, p. 59-63.

MEC. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

MEC- 2020 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em 16/06/2020.

MEC- 2004. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso 06/07/2020

MEC 2014. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 16 jun. 2020.

NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. da R. J. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-21, 2019.

RODRIGUES, Sônia das Dores; CIASCA, Sylvia Maria. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Revista psicopedagógica**. São Paulo, v. 33, n. 100, p. 86-97, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 maio 2020.

SÁNCHEZ, J. N. G. **Dificuldades de Aprendizagem e Intervenção Psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z**: Um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TELES, Paula. Dislexia: como identificar? Como intervir?. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, [S.l.], v. 20, n. 6, p. 713-30, nov. 2004. ISSN 2182-5181. Disponível em: <<https://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10097>>. Acesso em: 05 jul. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.32385/rpmgf.v20i6.10097>.

TELES, Paula. <https://pedipedia.org/artigo/dislexia-disortografia-disgrafia-como-diagnosticar-como-reeducar>. Acesso 05/07/2020

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Preventiva 76, 78

Acessibilidade 15, 16, 19, 20, 22, 24, 25, 70, 72, 74, 80, 127, 128, 129, 136, 137, 145

Ações Pedagógicas 161, 162

Adolescentes 102, 148

Aprendizagem 7, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 27, 29, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 61, 63, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 84, 92, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 127, 128, 131, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 155, 158, 161, 162, 165, 167, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 190, 194, 195, 196, 198, 204, 205, 219, 223, 224, 227, 231, 232, 235, 236, 240, 243

Arte-Educação 111, 115, 116

Atendimento Especializado 121, 148

C

Ciências da Natureza 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65

CIF 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Criança 28, 47, 49, 52, 57, 59, 63, 79, 91, 92, 93, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 118, 119, 123, 124, 141, 142, 144, 155, 156, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 193, 240

Cursos Técnicos 1, 3, 11, 212

D

Declaração de Salamanca 28, 60, 66, 74, 121, 123, 126

Deficiência Intelectual 68, 70, 121, 124, 125, 126

Déficit de Atenção 96, 97, 98, 99, 101, 102

Desafios 17, 18, 42, 43, 62, 65, 105, 106, 112, 122, 149, 162, 168, 175, 176, 179, 181, 186, 187, 191, 192, 196, 197, 200, 204, 210, 212, 225, 231, 235, 242, 243, 245, 247, 249, 251

Desafios da Pós-Graduação 242, 243

Desenvolvimento 16, 17, 19, 23, 26, 30, 39, 40, 46, 47, 50, 59, 63, 65, 68, 70, 73, 79, 97, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 153, 155, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 178, 179, 180, 187, 195, 196, 198, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 239, 240, 243, 248, 254

Desenvolvimento Humano 68, 70, 73, 120, 195

Desenvolvimento Profissional Docente 230, 231, 232, 236, 237, 239

Direito e Pesquisas 242

Dislexia 98, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150

Distúrbios de Aprendizagem 103, 105, 110, 114

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação Básica 15, 26, 27, 29, 30, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 45, 63, 77, 84, 85, 112, 126, 149, 154, 155, 159, 175, 177, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 195, 200, 207, 208, 216, 222, 223, 235, 245, 249, 251, 252, 253, 254, 255

Educação de Surdos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 66, 67, 89, 90, 128, 137, 153, 156

Educação Especial 1, 3, 6, 7, 8, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 57, 60, 66, 67, 68, 70, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 110, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 145, 149, 167, 223, 224

Educação Inclusiva 7, 8, 10, 11, 12, 16, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 41, 42, 43, 56, 66, 67, 79, 84, 86, 93, 122, 126, 128, 129, 130, 136, 137, 145, 149, 151, 155, 160, 223

Educação Profissional 7, 8, 13, 138, 146, 186, 187, 189, 190, 191, 195, 199, 200, 201, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 226, 255

Educação Virtual 127

Ensino 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 77, 78, 79, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 108, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 131, 136, 139, 145, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 219, 223, 227, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Ensino Bilíngue 11, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53

Ensino Remoto 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 182

Escola 1, 2, 3, 7, 10, 11, 12, 18, 23, 27, 29, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 110, 113, 115, 116, 118, 120, 123, 126, 139, 140, 141, 144, 147, 148, 150, 154, 155, 157, 160, 175, 177, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 190, 196, 200, 202, 203, 204, 205, 211, 219, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241

Escola Pública 230, 231, 240

Estudantes Surdos 1, 3, 10, 11, 12, 65, 127, 130, 131, 134, 153, 154, 155, 156

F

Formação de Professores 10, 12, 25, 43, 50, 82, 91, 151, 153, 154, 155, 159, 175, 177, 181, 184, 185, 190, 201, 202, 203, 205, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 231, 239, 240, 241, 251, 252, 254

Formação Inicial 26, 27, 29, 39, 41, 42, 152, 154, 159, 175, 176, 177, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 198, 200, 201, 207, 210, 213, 228, 234, 236, 237, 255

I

Inclusão 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 41, 42, 43, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 87, 93, 94, 95, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 136, 137, 138, 139, 145, 148, 151, 152, 153, 156, 159, 160, 161, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 179, 224, 235, 238, 251, 252, 253

Inclusão Escolar 4, 7, 8, 42, 62, 87, 138, 145

Inovação 7, 49, 50, 175, 176, 179, 180, 183, 184, 233

Instituto Federal 1, 10, 138, 139, 161, 186, 192, 201, 202, 203, 208, 216, 218, 219, 222, 250, 254

L

Letramento 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 95, 110, 117, 119, 121, 156, 180, 182, 185, 254

Libras 1, 7, 8, 9, 11, 18, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 89, 90, 95, 127, 128, 129, 131, 132, 135, 136, 137, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 251, 252, 253

Licenciatura em Educação Profissional 206, 209, 210, 214, 215, 216

Língua de Sinais 56, 58, 59, 61, 62, 65, 89, 90, 95, 137, 153, 154, 156, 158, 253

M

Metodologias Ativas 18, 22, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 55, 178

Música 54, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

N

Necessidades Específicas 73, 138, 147, 148

P

Pedagogia 1, 26, 27, 43, 51, 53, 55, 68, 70, 73, 88, 94, 95, 119, 177, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 223, 232, 240, 255

Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais 26, 28, 35

Pós-Graduação Jurídica 242, 243, 244

Prática Docente 49, 156, 157, 159, 175, 184, 202, 203, 204, 212, 214, 215, 224, 226

Processo Formativo 1, 3, 11, 230

Processos Cognitivos 78, 103

Profissionalidade Docente 206, 209, 210, 211, 214, 217

Psicologia Escolar 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 111, 112, 115, 116, 120

R

Reformas Curriculares 230

S

SIS 68, 69, 70, 74

Superior 5, 15, 31, 39, 40, 42, 51, 60, 152, 153, 154, 171, 178, 189, 191, 200, 207, 210, 216, 217, 223, 227, 243, 244, 251, 252, 253, 254

T

Tecnologias 14, 16, 17, 18, 19, 22, 24, 25, 49, 51, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 137, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 239, 248, 249, 254


Tecnologias Assistivas 19, 22, 127, 128, 130, 136, 137

Trabalho do Pedagogo 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 219, 225, 227

Transtorno 30, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 143, 161, 163, 164, 166

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora


 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


 **Atena**
Editora

Ano 2021

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021